



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social – fundamentos

**O PAPEL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:
UM ESTUDO DE CASO, NA CASA ASSISTENCIAL FRANCISCO CANDIDO XAVIER NO
DISTRITO DE OUTEIRO**

CARLA ALESSANDRA PEREIRA DA SILVA NEGIDIO¹

RESUMO

Este trabalho com objetivo de explorar a trajetória de forma resumida da assistência social junto ao Serviço social no território brasileiro, desde a sua promulgação nos anos de 1988 com a constituição federal, marcada pelo reconhecimento que assistência social teve como política pública, e a transição de uma visão que ainda era extremamente clientelistas e paternalista, passando para uma abordagem centrada nos direitos sociais e na cidadania. Destacando o marco legal que se refere ao Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Com os desenvolvimentos das políticas sociais desde a década de 1930 de forma a enfatizar as necessidades do referido sistema de proteção social, para assim reduzir as desigualdades, porém o texto destaca o papel das Organizações da Sociedade Civil, partindo da promoção dos direitos sociais, no contexto que se refere ao estado do Pará na região da Ilha de Outeiro em Belém, e as dificuldades da atuação do assistente social na organização da sociedade civil.

Palavras-chave: Assistência Social, Serviço Social, Direitos, Política Pública.

ABSTRACT

This paper aims to briefly explore the trajectory of social assistance within the Social Service in Brazil, since its enactment in 1988 with the federal constitution, marked by the recognition that social assistance had as a public policy, and the transition from a vision that was still extremely clientelistic and paternalistic, moving to an approach centered on social rights and citizenship. Highlighting the legal framework that refers to the Organic Law of Social Assistance (LOAS) and the Unified Social Assistance System (SUAS). With the

¹ Casa Assistencial - belém - PA



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

developments of social policies since the 1930s in order to emphasize the needs of the aforementioned social protection system, in order to reduce inequalities, however, the text highlights the role of Civil Society Organizations, starting from the promotion of social rights, in the context that refers to the state of Pará in the region of Ilha de Outeiro in Belém, and the difficulties of the social worker's performance in the organization of civil society.

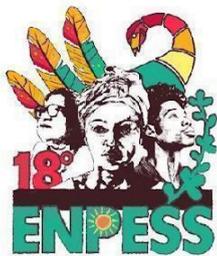
Keywords: Social Assistance, Social Service, Rights, Public Policy.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo traz uma temática abrangente sobre a trajetória das políticas sociais, com seu foco no que diz respeito a assistência social dentro do Brasil. Vários desafios continuam presentes desde o seu surgimento, e continuam a ser enfrentados por profissionais e organizações até os dias de hoje, destacando a transição da política de assistência social e a visão clientelista e paternalista, para uma abordagem centrada nos direitos sociais e com certeza na cidadania, trazendo marcos legais, que tem enorme relevância como o LOAS e o SUAS junto as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que tem seu papel de destaque na promoção do desenvolvimento social e econômico, especialmente aqui no Pará, terra de ecos da escravização, racismo estrutural e de violências do Estado, onde se encontram em desafios específicos da região amazônica devido sua história e suas características de forma a contribuir com as reflexões das necessidades da discussão dessa temática.

Por conta dessas reflexões, faz-se necessário um breve resumo da ilha de Caratateua, que é popularmente conhecida como ilha de Outeiro, localizada a 45 minutos da região metropolitana de Belém, essa ilha teve seu início de ocupação por meados dos anos de 1950 e 1960, naquele período o Pará passava por uma desativação da estrada de ferro que fazia a ligação Belém, Bragança, conforme o relato de Silva et al (2012). Ouve grandes modificações no acesso a ilha, pois em 1986 ocorreu a construção da ponte, que resultou em um aumento desenfreado no fluxo de pessoas e conseqüentemente o aceleração das ocupações urbanas. Com isso as situações foram se modificando nesse território, acompanhada da falta de planejamento governamental, desencadeando muitos problemas e falta de desenvolvimento adequado da ilha.

O assistente social se faz necessário para a intervenção, mobilização garantia de acesso a políticas públicas, uma luta constante para o combate das expressões da questão social, que são latentes, e avassaladoras, principalmente pelo descaso do poder público com a ilha, limitação da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

locomoção, poucos profissionais. Com esse cenário surge a casa assistencial Francisco Cândido Xavier, com o objetivo de trabalhar essas problemáticas, porém com essa visão de ajuda, caridade que ainda perpetua dentro da política de assistência.

Não obstante discutindo os desafios que o serviço social enfrenta no seu fazer profissional, partindo da falta de compreensão das suas atribuições pelos outros profissionais a burocratização institucional, a falta de maior autonomia e não reconhecimento de sua prática profissional. Fazendo necessário visualizar de forma crítica as políticas sociais e a prática do serviço social dentro do seu espaço de atuação.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Uma breve retrospectiva sobre o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, de forma a entender a implementação do sistema de proteção social em meio ao avanço do capitalismo industrial na década de 1930.

Ao se analisar o contexto histórico das políticas públicas observa-se que estas buscaram promover a ordem e a segurança social, impulsionar o desenvolvimento econômico e fomentar e materializar a inclusão social nas localidades sobre as quais suas ações incidiram. De acordo com Santos (2009, p. 2), “as políticas públicas na Idade Moderna apenas garantiam a ordem e a segurança social, logo após foi pensado em diminuir as questões sociais e promover o desenvolvimento econômico”. Somente no século XX, em especial na Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial, é que ressurgiu a ideia de política pública como um direito que todo cidadão possui, independente da sua condição social. Portanto, as políticas públicas visam responder as demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade considerados como vulneráveis. “Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social” (TEIXEIRA, 2002, p. 3). Garantindo assim, a ampliação e efetivação da cidadania, em prol do bem estar social e universal. E, nesse contexto, buscando assegurar o desenvolvimento da sociedade e da economia, gerando renda e emprego para a comunidade. (FERREIRA, 2016. P. 42).

Com incorporação dos interesses dos trabalhadores Sposati et al (2014) traz a reflexão sobre a manutenção no que diz respeito ao poder e as regras, pois as políticas públicas junto as práticas que acarretam as exclusões de cunho social e também econômico, muitas vezes de forma a marginalizar certos grupos, fazendo com que uma pequena porcentagem sejam beneficiados como a elite econômica e política, que geram ainda mais as desigualdades sociais, há momentos que a classe trabalhadora consegue alguns benefícios que fazem parte de seu interesse, que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

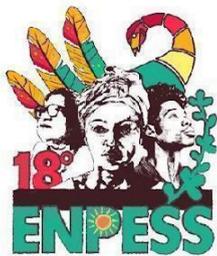
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

muitas vezes ocorrem através das tão estigmatizadas lutas sociais, junto com movimentos sindicais e as pressões políticas. A autora traz essa visão de dualidade vivenciada por longos períodos. Destaca-se ainda que as políticas sociais, incluindo a assistência social, vão para além da reprodução das condições de vida do trabalhador; elas representam a efetivação de direitos sociais e de cidadania. A construção de um sistema de proteção social é apontada como necessidade tendo um caráter compensatório com o objetivo de regular e reduzir os problemas sociais existentes, essa abordagem visa minimizar as desigualdades e promover um ambiente mais justo e igualitário para todos os cidadãos, reconhecendo a importância da proteção social como um pilar fundamental para minimizar as mazelas existentes.

Outro efeito ressaltado por Sposati et al (2014) é a contenção de conflitos, minimizando os agravamentos da miséria, mostrando de forma crítica as motivações escancaradas das políticas sociais e isso mostra a mitigação que se tem a respeito dos problemas sociais, que atuam para minimizar a situação de pobreza extrema, exemplos dos serviços básicos como saúde e educação, os detentores do poder por receio de haver uma crise social profunda e visível, como se fossem a gestão das desigualdades, até certo ponto a desigualdade pode existir, que são “aceitáveis”. Com isso ajudam a conter possíveis conflitos. Em muitos países surgiu o estado de bem estar social em respostas a pressão de cunho social, que com intuito de reduzir as desigualdades, a insegurança social e a agutização nos conflitos sociais, desta forma podemos ver os programas de assistência médica, seguridade social, que são destinados a mascarar essas situações de miséria. Muitas vezes é visto que essas políticas sociais tem a função de legitimar o capitalismo trazendo uma imagem de preocupação quando na realidade é causada por eles mesmos.

Sposati et al (2014) traz em seus argumentos a análise da assistência social e da ação dos assistentes sociais, permitindo entender os significados distorcidos e errôneos a respeito dessas atribuições no que se refere aos programas e serviços sociais que o capital tem interesse, é algo que foi constituído ao longo dos tempos, e referem-se a explicações fetichizadas, construídas de forma a aparentar que os serviços sociais não são direitos, mas sim mercadorias ou métodos de controle social. Com isso os assistentes sociais batem de frente com essas colocações do capital trazendo a tona o real interesse nesses programas sociais, que revelam a face humanitária interessada somente na minimização de conflitos e manutenção da ordem social.

Resta ao Estado reduzir as desigualdades de cunho latente dentro da sociedade tendo como desígnio de ação a integração e participação dos entes federativos de classe geral e a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sociedade civil organizada. Sendo o SUAS constituidor entre as três instâncias, federais, estaduais e municipais, com objetivo de uma gestão descentralizada no que vem a se referir a monitoração e financiamento dos serviços socioassistenciais. Amparada por estatutos legais, foi instituída, o PNAS – Política Nacional de Assistência Social em 2004, se tratando de uma política pública de direito social e assegurada pela constituição sistematizada e aprovada partindo do SUAS e sendo normatizada pela LOAS, buscando garantir a universalidade dos direitos e o acesso aos serviços.

3 O SERVIÇO SOCIAL NO PARÁ E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Na década de 60 o serviço social no Pará encontrava-se marcado por modificações na economia, cultura, política e social, aflorando um modelo de desenvolvimento excludente e subalterno, o estado enfrentava um enorme inchaço populacional devido ao ciclo da borracha², expondo ainda mais o período latente de desigualdade social existente, conforme Furtado (2015, p.16).

Em 1962, 10 anos depois do início do “desenvolvimentismo” no país, na qual a conjuntura política possibilitava uma articulação entre a ideologia desenvolvimentista e o Serviço Social. Pois para o Jainismo, o crescimento econômico deveria ser acompanhado do pleno desenvolvimento do homem e de suas capacidades. (FURTADO, p. 16).

Desta forma fez-se necessário criar estratégias de intervenção, por conta das particularidades locais da região amazônica, porém o processo de acumulação do capital atravessava as desigualdades sociais entendidas como expressões da questão social. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1966) a Capital do Pará cresceu em média de 118,61% de sua população entre 1940 e 1960, e nas margens desse crescimento estão sobrepostas as relações hegemônicas do capitalismo.

Em 1950 ocorre a fundação da primeira escola de serviço social em Belém, iniciada pelo professor Paulo Eleutério, que levou em conta os avanços das desigualdades sociais da década de 50, o serviço social nesse período em Belém teve algumas mudanças em seus primeiros anos, preliminarmente com a escola de serviço social que obteve reconhecimento oficial pelo ministério da educação em 1957, quando teve seu funcionamento concedido, junto a diplomação de sua primeira turma, de acordo com o decreto 40.925, integrando-se a Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS) (NETO, 2017). Em 1963 continua a se desenvolver junto ao instituto Ophir Loyola e a Universidade Federal do Pará, passando por significativas

² O Ciclo da Borracha corresponde ao período da história brasileira em que a extração e comercialização de látex para produção da borracha foram atividades basilares da economia. De fato, ocorreram na região central da floresta amazônica, entre os anos de 1879 e 1912, revigorando-se por pouco tempo entre 1942 e 1945.

transformações com as conexões entre a academia e as relações sociais, fortalecendo sua base teórica, que refletiam nas práticas necessária a serem realizadas conforme as demandas sociais, ampliando cada vez mais o ambiente acadêmico, permitindo uma formação mais abrangente e diversificada (FURTADO, 2015).

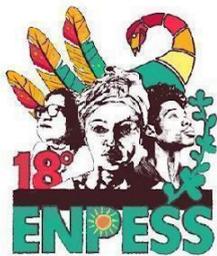
A região norte tem um menor quantitativo de organizações da sociedade civil comparado a região sudeste segundo o (IPEA). Belém tem uma população aproximadamente de 1,5 milhões de pessoas segundo o IBGE, onde uma pequena porcentagem da população é assegurada pelo saneamento básico, o estado do Pará tem uma frequência em aparecer nas últimas posições no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que reflete em todas as outras políticas somadas as grandes demandas enfrentadas pelos assistente sociais que impactam diretamente a eficácia dos serviços, limitando a garantia dos direitos ao cidadão.

Por conta disso há o entendimento que o Estado se utiliza das organizações da sociedade civil junto a implementação das políticas sociais e na prestação de serviços públicos, acarretando uma melhor relação com as comunidades. Há um tencionamento em um governo mais colaborativo agregando o Estado, setor privado e a sociedade civil (OSCs), que normalmente tem uma boa relação com as comunidades, principalmente pelo fato de conseguirem se aproximar e promover a participação cidadã, isso é algo que beneficia o Estado, de forma a interligar os seus interesses e minimizar o que for necessário pra se manter no poder.

4 CRIANÇAS, ADOLESCENTES, E A RELAÇÃO COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA

O (ECA), proferida nos anos de 1990, é a principal legislação, que dá suporte e certifica os direitos das crianças e dos adolescentes assegurando a educação, a saúde, a proteção e a assistência social no Brasil. O (SUAS) é o organizador da assistência social no país, ele opera dentro dos níveis de proteção, como é o caso da proteção básica e especial, média complexidade e alta complexidade, que tem como seu objetivo atender os indivíduos e as famílias no que diz respeito as suas vulnerabilidades, através de programas como o de Transferência de renda, que auxiliam na garantia da subsistência familiar dentro da situação de pobreza, partindo da ideia de manter as crianças na escola e evitar o trabalho infantil.

Porém um dos grandes problemas é a desigualdade social que representa desafios para efetivação dos direitos das crianças, adolescentes e suas famílias na situação de pobreza e na extrema pobreza que dependem também do trabalho infantil como fonte de renda.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O trabalho infantil é um fenômeno que, ao mesmo tempo em que se mostra antigo, renova-se de acordo com o passo que a sociedade dá rumo à modernidade, disseminado e multiplicado diariamente por diversos veículos atinge especialmente as famílias que possuem baixa renda familiar. Diversos mecanismos possuem um papel neste processo, a mídia, a herança social familiar, os mitos, os costumes e tradições que cercam o mundo do trabalho, e a forte tradição cultural contribuem de forma direta para o que se pode chamar de “Naturalização” da exploração da mão de obra infantil (ALVES, P. 34. 2018).

O trabalho Infantil compromete várias áreas do desenvolvimento, enfrentam dificuldades no entendimento de conteúdos escolares e na continuidade dos estudos devido o tempo reduzido para revisar as matérias, além disso o trabalho pode impactar negativamente a saúde física e mental, especialmente dependendo da natureza da atividade.

A falta de tempo para brincar e socializar, prejudica a parte social e emocional, tornando essas crianças mais vulneráveis a violências. Esse problema é agravado em regiões periféricas, onde a infraestrutura e os recursos são limitados, dificultando a implementação com eficácia da política de assistência social, portanto é crucial a integração entre os setores de educação, saúde e segurança para que haja de fato um atendimento eficaz para as crianças, adolescentes e suas famílias.

5 SERVIÇO SOCIAL E A CASA ASSISTENCIAL: DEMANDAS E DESAFIOS

A Casa Assistencial Francisco Cândido Xavier mais conhecida como “Casinha Belém” foi fundada em Belém do Pará no ano de 2012, sendo uma organização sem fins lucrativos que tem suas atividades realizadas na ilha de Outeiro localizada a 45 minutos da capital paraense. Os trabalhos iniciados foram com atividades recreativas e distribuição de alimentos para crianças, expandindo para atendimento médico e odontológico e seguindo com a construção de infraestrutura com a ajuda da comunidade, atualmente desenvolvem um projeto socioeducativo para crianças e adolescentes.

A Casinha Belém tem dois polos de trabalho, sendo um localizado na Ilha de Outeiro e outro na Ilha de Mosqueiro. No que se refere a ilha de Outeiro o projeto teve seu início no dia 20 de novembro de 2011, quando foram iniciadas suas atividades, até então não havia um local estabelecido para isso, reuniram-se algumas pessoas e partiram a convidar algumas crianças da redondeza para uma manhã de lazer, resultando na presença de cerca de 50 crianças, foi observado a necessidade de fazer algo mais periódico, por volta de 2 meses já resultava em um público por volta de 200 pessoas daquela comunidade, com a demanda aumentando montaram a estratégia de doarem pequenas cestas de gênero alimentício, conforme relato dos gestores.

Em parceria com a escola municipal Pedro Demo foi concedido um espaço para os trabalhos de recreação e artes com as crianças, as parcerias foram se expandindo até que uma família doou uma chácara no bairro da Brasília em Outeiro, com isso os frequentadores da ação feita no colégio cedido, foram convidados agora para ocupar o novo endereço, com atendimentos mensais e no quarto domingo do mês era oferecido atendimento médico feito por amigos e parceiros. Os donos da chácara doaram outra parte do terreno que foi possível trabalhar com três frentes de trabalho; atividades para crianças e adolescentes na parte de recreação, esporte e lazer; atividades com famílias; rodas de conversa, palestras e atendimentos médicos. No início do ano de 2022, o projeto é contemplado a fazer parte da fundação Francisco e Clara de Assis, que constituiria uma escola de contra turno chamada “Cantinho Francisco de Assis” (CFAS), com objetivo de atender 150 crianças, com 3 encontros semanais, esse projeto veio desenvolvendo as suas atividades para média de 97 crianças na faixa de idade de 06 a 12 anos, além disso, as crianças receberam alimentação regular durante os dias de funcionamento do projeto, incluindo café da manhã ou lanche da tarde, bem como almoço ou jantar fornecidos em marmitex para serem levados para casa. Essas atividades visam não apenas oferecer suporte as crianças durante o contra turno escolar, mas também promover seu desenvolvimento. Estimular o potencial dessas crianças e adolescentes é algo primordial para ocuparem seus espaços na sociedade.

No que se refere a ilha de Caratateua, popularmente conhecida como Outeiro, tem sua ocupação por meados da década de 1950 e 60, pois se refere aos períodos em que se formaram as zonas nas redondezas da chamada estrada de ferro, que fazia a ligação Belém a Bragança, que teve sua desativação no período da ditadura militar nos anos de 1965 conforme relata SILVA et al. (2012). O fluxo de pessoas aumentou com a construção da ponte Enéas Pinheiro, que ocorreu em 1986, desencadeando um aceleração das ocupações urbanas, foi percebido que não teve um planejamento governamental na mesma proporção, pois diferentemente da organização das ocupações ocorridas no perímetro da Augusto Montenegro, que se demonstravam mais organizadas, a ilha de Outeiro passou a ser uma opção barata para as famílias que eram consideradas de baixa renda, com isso as posses das terras eram incentivadas pelos políticos em períodos de eleição, tornando a população parte de currais eleitorais, pois passavam a distribuir terrenos, sem a regularização devida do poder público.

Em relação à história da Ilha como objeto de estudo, informações encontradas no Plano diretor das ilhas (BELÉM, 1994) e no Resumo Executivo do Polo Belém (PARÁ, 2009), o turismo na Ilha de Caratateua se deu pela ligação à capital por uma ponte, sendo o balneário mais próximo de Belém com uma distância de 18,8 km da cidade via transporte

terrestre. É bastante procurado nos finais de semana e feriados prolongados, tendo em vista sua orla praiana considerada como uma destinação turística, pois é uma localidade que recebe visitantes por um período curto de tempo (DIAS, 2005). A facilidade de acesso faz com que a ilha seja um atrativo para atividades de turismo e de lazer, além de despertar o interesse da população metropolitana, caracterizando, dessa forma, a prática de veraneio por visitantes, turistas e excursionistas. A ilha faz parte das 39 ilhas pertencentes ao Município de Belém e possui sete bairros: Água boa, Itaiteua, Água cristalina, São João do Outeiro, Brasília, Fama e Fidélis. (FERREIRA, 2016. P. 13).

A ilha faz parte dos oito (8) distritos administrativos do município Belém sendo eles: Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS), Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT), Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO), Distrito Administrativo do Benguí (DABEN), Distrito Administrativo do Entroncamento (DAENT), Distrito Administrativo da Sacramenta (DASAC), Distrito Administrativo de Belém (DABEL) e Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA). No distrito administrativo de Outeiro, que em 2010 tinha uma população em média 38.731 habitantes, com uma estimativa de 19.259 mulheres e 19.472 homens, constituída por oito bairros sendo eles: São José do Outeiro, Fama, Brasília, Itaiteua, Fidelis, Tucumaeira, Água Cristalina e Água Boa I e II.

A ilha tem uma vasta riqueza e potencial turístico, porém reflete a forma como foi ocupada, sofrendo com a precária infraestrutura, serviços públicos inalcançáveis e as várias desigualdades socioeconômicas, saneamento básico deficiente, ausência de rede de esgotos e água potável, compromete a qualidade de vida dos moradores, a coleta de lixo é irregular e a falta de conscientização sobre a separação dos resíduos agrava o problema, na área da educação frequentemente faltam professores e muitas escolas enfrentam problemas estruturais, com pouquíssimas escolas de ensino médio para toda a ilha, o sistema educacional é limitado refletindo os baixos índices de desempenho. Na saúde há em média quatro unidades para atender a ilha toda, muitas vezes com equipamentos inoperantes que forçam os moradores a buscar atendimento em locais bem mais longe, o transporte público também é sucateado, e a rede de assistência social conta com um Centro de Referência da Assistência Social -CRAS que é bastante sobrecarregado.

A falta de empregos e a predominância de trabalho informal agrava a vulnerabilidade da população somado a um policiamento escasso e setorizado que ajudam a gerar insegurança. Dentro desse contexto as OSCs, tem um papel importante oferecendo serviços, como alimentação, educação complementar, atendimentos médicos e apoio psicossocial. A casa assistencial Francisco Cândido Xavier é um exemplo da forma como essas organizações podem ser úteis naquilo que o Estado é omissos de forma a contribuir com o desenvolvimento da comunidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O serviço social tem como seu papel fundamental a garantia dos direitos, trabalhando de modo árduo e conciso junto as políticas públicas, as políticas sociais da mesma forma que a política de assistência, são para além da reprodução de condições de vida do trabalhador e suas famílias, são as formas de efetivação de direitos e por conseguinte de cidadania. O empobrecimento no Brasil e no mundo é algo que está sempre sendo mencionado no senso comum, e é relatado por Sposati et al. (2014), a crise é de imediato associada a uma desproporcionalidade, isto é, incide em uma simples ruptura de desigualdades funcionais gerando uma depressão da produção, ademais, isto pode levar a possibilidade de pensar a assistência social vinculada à pobreza absoluta. No entanto, conforme Potyara (2016) afirma a necessidade de análise da política de assistência social, pois mesmo que ela esteja ligada à cidadania e a democracia, está se falando de um contexto capitalista neoliberal, em que ainda há a cultura do clientelismo e assistencialismo no trajeto e que tem gerado profundas dificuldades no combate às várias expressões da questão social.

Os lugares menos desenvolvidos são propícios de enfrentar muitas dificuldades em relação ao desenvolvimento, que privilegiam algumas localidades em detrimento de outras, partindo do princípio que esses lugares possuem mais atratividade que outros. A política pública é uma ferramenta de desenvolvimento, Saraiva (2006, p. 28) pormenorizando sua concepção a conceitua como: “um fluxo de decisões públicas orientadas a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. Por isso é fundamental a larga participação popular nos processos decisórios, frisando que a política pública se dá pelo Estado, mas com a participação da comunidade, pois é ela quem (re) conhecem quais são as suas necessidades. (FERREIRA, 2016. P. 45).

Diante disso ainda existe no imaginário da sociedade a relação da assistência social como ação caritativa o que pode se observar em Silva et al. (2012) quando ainda é posto aos usuários da assistência questões relacionadas ao clientelismo, ajuda, caridade e a confusão com o assistencialismo propagado pelas igrejas.

Há um destaque que a assistente social relata sobre a falta de compreensão por parte dos outros profissionais no que diz respeito sobre o seu fazer e nas suas atribuições, porém não pode deixar de enfatizar que grande parte dos profissionais são contratados para determinadas funções e desempenham muitas outras, pois o olhar recai no quesito da precarização das práticas profissionais, que necessitam de redes de apoio, universalização das tecnologias para realização de encaminhamentos eficazes, capacitação e recursos que está diretamente ligado a escassez profissionais para fazerem parte de equipes multiprofissionais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Como parte do papel do assistente social faz se necessário o ambiente adequado para o atendimento da escuta especializada, principalmente no que se refere ao atendimento de crianças e adolescentes, sendo uma prática de extrema importância no cuidado e proteção no contexto das políticas de assistência. No cotidiano desse profissional nota-se uma relativização na sua autonomia, excesso de burocracia e a dependência de superiores que muitas vezes causam engessamento da gestão institucional causando estereótipos na profissão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse estudo enquanto parte integrante da equipe de profissionais que trabalham no referido equipamento, oportunizou várias análises, a construção do referencial teórico que se teve através de revisão sistemática de artigos, sites, livros, de forma a encontrar informações que apresentaram alguns percalços, porém obteve-se pontos positivos no que diz respeito a análise da conjuntura que o assistente social e a política de assistência se encontram junto a organização da sociedade civil, a política de assistência dentro do contexto histórico do Brasil mostra sua importância, para isso fez se necessário uma breve retrospectiva, avaliando a evolução da assistência desde a constituição de 88. Ao longo do tempo foram moldadas não apenas para provimento da ordem social e o desenvolvimento econômico, mas também a inclusão social, visando efetivar os direitos dos cidadãos.

Mesmo com esses vários avanços ainda tem desafios que precisam ser combatidos principalmente no que diz respeito as desigualdades sociais e também condições de vida digna para a população. A primeira escola do serviço social parte desse esforço para o enfrentamento das desigualdades sociais principalmente quando nos referimos a Amazônia, no estado do Pará há um enfrentamento significativo da relação dos governantes com a população nos quesitos de saúde, saneamento básico, educação entre outros, limitando a participação ativa do cidadão, que evidenciam as necessidades da atuação mais presente do Estado e da sociedade civil, por isso é essencial o serviço social, com o seu fortalecimento teórico e prático e assim buscar formas inovadoras para o enfrentamento das novas expressões da questão social, para isso há a necessidade de uma abordagem mais ativa, participativa e colaborativa que assim será possível enfrentar desafios e formular a construção de uma sociedade mais justa.

É crucial que haja uma interação entre os setores de educação, saúde, segurança assistência para atender as necessidades adequadas das crianças e adolescentes nas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

determinadas regiões, pois cada um tem suas particularidades e necessidades distintas, porém isso é um esforço conjunto para garantir o bem-estar e o desenvolvimento saudável.

Por conta disso a revisão sistemática de artigos e a observação do espaço assistencial, vislumbra destacar a prática do assistente social dentro do seu local de atuação, sendo importante enfatizar os desafios significativos, dentre eles a sobrecarga de trabalho, a falta de espaços adequados que comprometem a qualidade dos serviços, a falta de clareza da equipe de trabalho sobre a atuação do serviço social e suas demandas dentro do espaço que muitas vezes refletem nessa ideia de caridade e de assistencialismo, refletidos pela realidade da ilha que mostra um cenário de situações bem preocupantes, como a negligência do poder público, refletindo na deficiência de serviços ofertados que sobrecarregam as organizações da sociedade civil, apesar desses desafios a atuação da casa assistencial tem sido de grande relevância na mudança, com isso é necessário a implementação de melhorias para adoção de medidas cabíveis na proteção e estímulo do desenvolvimento das crianças e adolescentes atendidos por esse equipamento de fortalecimento de vínculos, de modo a capacitar a equipe de trabalho, e espalhar a promoção de direitos de crianças e seus familiares. Isso requer estratégias e Implementações de processos que fortaleçam a apropriação dos direitos, destacando a atuação comprometida que o serviço social tem e precisa ter, superando os desafios existentes na busca da defesa dos direitos fundamentais;

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. S. **Trabalho Infantil Doméstico E As Interferências No Desempenho Escolar: Uma Questão Cultural**. Trabalho apresentado a Universidade Federal do Piauí-UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do título de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia. Piauí, 2018.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2002.

CRESS 7ª Região-RJ. **Coletânea de Leis e Resoluções. Assistente Social: ética e direitos**. Rio de Janeiro. Editora Lidador LTDA: 2005.

Diagnóstico Socioterritorial Do Município De Belém: Um Olha Sobre O Município E As Territorialidades Dos CRAS. Prefeitura Municipal de Belém. Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA - Belém/PA 2015.

Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei no 8.069/1990. – 6. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023.s



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

FAUSTO, B. **História do Brasil**, Brasil Escola. São Paulo. Edusp, 2013.
<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/era-vargas.htm>. Acesso em 06/06/24.

FERREIRA, A. A. S. **Políticas Públicas e Turismo: estudo de caso na ilha de Caratateua (Outeiro) distrito de Belém-PA** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Turismo pela Faculdade de Turismo do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará. Belém/PA, 2016.

FURTADO, C. **A apropriação da dimensão ético-política pelos Assistentes Sociais formados após a implantação das diretrizes curriculares (2002) na UFPA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social –FASS, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém/PA, 2015.

NETO, F.S. A Institucionalização do Serviço Social no Pará: Uma profissão inscrita na Amazônia. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - JOINPP, 8., 2017, Maranhão. **Anais eletrônicos** [...] Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2017. 10 p. Disponível em:
<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo13/ainstitucionalizacaodoservicosocialnoparaumaprofissaoinscritanaamazonia.pdf>. Acesso em 06/06/24.

POTYARA A. P. P. Política Social *In*: FERNANDES, M. C. R.; HELLMANN, A. (Org). **Dicionário Crítico: Política De Assistência Social No Brasil**. Ed. UFRGS, 2016.320 p.; il. (Coleção CEGOV: Transformando a administração pública) 1 edição Porto Alegre. p. 204 – 206.

SANTANA, E, P. et al. **Histórico Da Política De Assistência Social: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais**. 6o Encontro Internacional de Política Social. Espírito Santo, P. 3- 11, 2013.

SANTOS, A. C. V. **O Trabalho do(a) Assistente Social em Organizações da Sociedade Civil**. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós Graduação em Serviço Social, PUCRS. Porto Alegre, 2022, 146 f. Disponível em <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10094>. Acesso em 06/06/2024.

SILVA, J. M. P. et al. **Percursos Geográficos: pesquisa e extensão no distrito de Outeiro**, 1. Ed. GAPTA/UFPA Belém/Pa, 2012.

SPOSATI, A.O. et al. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise**. Edição 12ª. São Paulo: Cortez, 2014.